



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002559-73.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ARQUIVO DO FUTURO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA-ME**
 Requerido: **Electrolux do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido quatro aparelhos de ar condicionado da ré, dos quais somente um foi entregue.

Alegou ainda que a ré lhe prometeu entregar os demais por diversas vezes, sem que o fizesse, de sorte que postulou a título de tutela de urgência a sua condenação ao cumprimento de obrigação de fazer (consistente na entrega dos produtos), bem como o recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

Os fatos trazidos à colação não despertem maiores divergências.

Nesse sentido, é certa a aquisição pela autora de quatro aparelhos de ar condicionado junto à ré em fevereiro/2014, mas somente um deles foi entregue prontamente.

A entrega dos demais somente se deu após a propositura da ação e da decisão de fl. 40.

Tais aspectos não foram refutados ao longo do feito, restando então apurar se isso rendeu ensejo a danos materiais e morais à autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Quanto àqueles, reputo inexistir prova específica a seu propósito.

O relato exordial fez referência ao aluguel de salas e de *spots* para o desenvolvimento dos trabalhos dos clientes da autora, além de aludir que a situação em que se viu envolvida lhe representou "*uma grande perda mensal*" (fl. 04, penúltimo parágrafo).

O pleito foi delimitado no importe de R\$ 13.700,00 "*referentes aos lucros cessantes e aos danos emergentes*" (fl. 13, quarto parágrafo) que teria sofrido.

Todavia, a autora não amealhou um só dado concreto que denotasse seu prejuízo material decorrente da falta de entrega dos produtos pela ré e muito menos no patamar fixado.

Por outras palavras, ela em momento algum produziu dado específico que patenteasse a extensão de seu dano patrimonial, seja em face do que efetivamente teria perdido, seja diante do que teria deixado de ganhar.

Tocava-lhe fazer a prova a esse propósito, não se cogitando da inversão do ônus respectivo porque a matéria é essencialmente fática e diz respeito à esfera interna da autora.

Como ela não se desincumbiu de tal ônus, não se acolhe o pedido para esse fim.

Solução diversa aplica-se à reparação dos danos morais.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

"Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito" (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Assentada essa premissa, tomo como suficientemente demonstrado o dano no particular.

A autora iniciaria suas atividades e pela natureza delas a existência de ar condicionado era relevante.

O atraso na sua instalação, portanto, gerou reclamações por parte dos clientes, como evidenciam os documentos de fls. 22/30 e confirmaram as testemunhas inquiridas em Juízo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Aliás, e até mesmo pela época em que se deram os fatos (início do ano, em que o calor é muito forte), a experiência comum basta para firmar a convicção de que a demora da ré inegavelmente gerou abalo à imagem da autora.

Bem por isso, ela arcará com as consequências de sua desídia, mas o valor da indenização postulado é excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do abalo experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o abalo suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, atualizado desde a propositura da ação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 40.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**